

RAMIRO GONÇALVES SALES

# O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA ADMINISTRATIVA

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2014

*Copyright* © 2014 by Ramiro Gonçalves Sales

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação e capa: Camila Cortez

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

S163d

Sales, Ramiro Gonçalves

O direito de acesso à informação pública administrativa /  
Ramiro Gonçalves Sales. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

512 p. ; 23 cm.

Bibliografia: 475-497.

ISBN 978-85-67595-45-0

1. Informações governamentais – Controle de acesso – Brasil.  
2. Documentos públicos – Controle de acesso – Brasil. 3. Direito  
à informação – Brasil. I. Título.

CDD- 342.810662

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>1</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
 <b>1 Aspectos da evolução da administração pública:</b>	
<b>Da cultura do segredo ao princípio da publicidade .....</b>	<b>11</b>
1.1 Os <i>arcanas</i> e as funções do Governo da Antiguidade à Idade Moderna .....	11
1.2 A superação do modelo absolutista e a Administração no Estado de Direito .....	33
1.3 O Estado Social e a Constitucionalização do Direito Administrativo: superação dos paradigmas clássicos .....	50
1.4 Democracia e Constitucionalismo: por uma Administração Pública orientada pelo Princípio da Publicidade .....	61
 <b>2 Aspectos históricos do direito de acesso à informação pública administrativa.....</b>	<b>83</b>
2.1 A lei Sueca de 1766 e a tradição nórdica .....	83
2.2 O marco moderno do direito à informação pública administrativa: O modelo americano.....	91
2.3 A Internacionalização do direito de acesso à informação pública administrativa .....	94
2.4 O direito de acesso à informação pública administrativa na jurisprudência das Cortes Internacionais de Direitos Humanos .....	103
2.5 Novos desafios na ordem internacional.....	113
2.6 O direito de acesso à informação pública administrativa no Brasil .....	117
2.6.1 O direito de acesso à informação pública administrativa no Brasil no período anterior à Constituição de 1988.....	117
2.6.2 O direito de acesso à informação pública administrativa no Brasil no período posterior à Constituição de 1988 .....	129
2.6.3 O caso Guerrilha do Araguaia e a Lei de acesso à informação .....	145

<b>3 A informação pública administrativa.....</b>	<b>175</b>
3.1 A informação .....	175
3.2 A informação Pública .....	178
3.3 A informação pública administrativa .....	184
3.3.1 Finalidade, Função e Forma da Informação Pública Administrativa.....	185
3.3.2 Dimensão objetiva da informação pública administrativa .....	203
3.3.3 Dimensão subjetiva da informação pública administrativa.....	213
3.3.3.1 Administração Direta .....	215
3.3.3.2 Administração Indireta .....	220
3.3.3.3 Entes de Cooperação .....	240
3.3.3.4 Particulares .....	258
3.4 A informação pública administrativa como um bem jurídico .....	264
3.5 O conceito de informação pública administrativa .....	272
<b>4 O direito de acesso à informação pública administrativa .....</b>	<b>277</b>
4.1 O acesso à informação pública administrativa e as gerações de direitos .....	277
4.2 O acesso à informação pública administrativa como um direito humano .....	284
4.3 O acesso à informação pública administrativa como um direito fundamental.....	290
4.3.1 Direito de acesso à informação pública administrativa, princípio da publicidade e da transparência.....	290
4.3.2 A norma constitucional do direito de acesso à informação pública administrativa .....	295
4.3.3 Dimensão Subjetiva do direito de acesso à informação pública administrativa.....	305
4.3.4 Dimensão objetiva do direito de acesso à informação pública administrativa.....	313
4.4 Subprincípios do direito de acesso à informação pública administrativa .....	315
4.4.1 A construção dos princípios jurídicos .....	316
4.4.2 A evolução da distinção entre princípios e regras e a crítica de Humberto Ávila .....	317

4.4.3 A natureza e a diferença entre regras e princípios segundo Humberto Ávila .....	326
4.4.4 Eficácia interna e externa dos princípios: a construção de subprincípios .....	328
4.4.5 Subprincípio da Máxima Publicidade ou do Mínimo Sigilo.....	333
4.4.6 Subprincípio da Divulgação .....	340
4.4.7 Subprincípio da Modernidade.....	343
4.4.8 Subprincípio da Promoção de um Governo Aberto.....	348
4.4.9 Subprincípio da Participação .....	352
4.4.10 Subprincípio da Desnecessidade de Motivação .....	358
4.4.11 Subprincípio do Procedimento Adequando.....	362
4.4.12 Subprincípio da Qualidade da Informação .....	375
4.4.13 Subprincípio da Gratuidade .....	378
<b>5 Hipóteses de sigilo de informação.....</b>	<b>381</b>
5.1 O âmbito de proteção e a colisão de direitos fundamentais.....	382
5.2 Restrições de Direitos fundamentais.....	390
5.2.1 Teorias justificadoras das restrições de direitos fundamentais: o embate entre a teoria externa e a teoria interna .....	391
5.2.2 Modalidades de restrições de direitos fundamentais .....	396
5.2.3 Limites das restrições de direitos fundamentais: “os limites dos limites” .....	400
5.2.3.1 A garantia do conteúdo essencial dos direitos fundamentais .....	401
5.2.3.2 Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade .....	404
5.3 O sigilo em razão da segurança do Estado ou da sociedade.....	408
5.4 O sigilo de informações pessoais: o direito à autodeterminação informativa .....	421
<b>Conclusão .....</b>	<b>449</b>
<b>Anexo – Lei 12.527/2011.....</b>	<b>455</b>
<b>Referências.....</b>	<b>475</b>